

## O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA TEOLOGIA COMO CIÊNCIA DA FÉ E A SUA RESPONSABILIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS E DA SOCIEDADE PLURALISTA

---

*Luiz Carlos Susin\**

### **Resumo**

A revolução científica operada nos últimos tempos recoloca também para a teologia e para as ciências da religião o seu estatuto epistemológico e científico. A melhor forma de a teologia esclarecer seu lugar no âmbito das ciências é esclarecer sua distinção e sua relação com as ciências da religião. Tanto teologia como ciências da religião, no entanto, precisam se situar diante de um terceiro, a sociedade pluralista e sua exigência de convivência, o que reclama a responsabilidade pública e a necessidade da existência da teologia no âmbito público e não apenas como afirmação de identidades próprias.

*Palavras-chaves:* Ciência; Teologia; Religião; Sociedade.

### **Abstract**

The scientific revolution operated in the last times replaces also for the theology and sciences of the religion its epistemological and scientific statute. The best form of the theology to clarify its place in the sciences is to clarify its distinction and its relation with sciences of the religion. As much theology as sciences of the religion, however, need to place themselves in front of one third, the pluralist society and its requirement of living together, what not only demands the public responsibility and the necessity of the existence of the theology in the public level and as affirmation of proper identities.

Key words: Science; Theology; Religion; Society.

---

\* Prof. Dr. da Faculdade de Teologia da PUCRS.

### **Introdução: um pouco de história**

Antes de tudo, convém aclarar que a teologia não fica bem-vestida, nem de rainha e nem de gata borralheira entre as ciências: a “redução das ciências à teologia” (Boaventura) foi plausível numa sociedade confessionalmente homogênea e teocêntrica. A “redução da teologia às ciências” foi plausível numa sociedade predominantemente iluminista e positivista. A primeira redução está desconstruída por séculos de crítica e de triunfo do saber científico como experimentação, verificação, pragmatismo. A segunda tem uma história mais recente e ainda incandesce: as ciências humanas e a filosofia contemporânea não pouparam cruzeza cirúrgica na “rainha-mãe”, para que deixasse de assombrar a autonomia do saber. Desde o século XIX, a(s) ciência(s) da religião destacam-se progressivamente da teologia e se afirmam como saber científico autônomo, construindo-se com o arranjo epistemológico conseguido das diversas abordagens: a sociologia, a psicologia, a antropologia, e não por último a filosofia – sempre “da religião”. Portanto, aclarar a epistemologia própria da teologia significa confrontar-se com essa parente mais próxima no âmbito das ciências, deixando aqui de lado outras questões do paradigma epistemológico das ciências modernas.

Será importante observar, no entanto, que, ao lado da teologia, também a filosofia, a literatura e as artes têm problemas em comum, diante das ciências modernas, para serem reconhecidas e fazerem valer o seu direito de expressões da verdade. A própria divisão entre ciências exatas ou duras e ciências humanas não convém, sobretudo depois da revolução científica do século XX e do clássico livro de Thomas Kuhn. Enfim, há uma pergunta que a filosofia, mais do que as ciências, se encarregou de retomar reiteradamente: o que é mesmo ciência? O Ocidente privilegiou, impenitentemente, durante cinco séculos, a verdade elaborada no paradigma da experimentação, da verificação, da matematização e do pragmatismo. As ciências humanas, sociais, ju-

rídicas, econômicas também se sentem em saia justa com esses critérios de reconhecimento científico.

### **1 Teologia e ciências da religião: distinções e relações**

É consenso, depois de debates mais ou menos intensos, que a teologia é um saber, cuja racionalidade depende da experiência da fé, no âmbito da tradição de uma comunidade de pertença. É célebre a expressão de Simão Teólogo de que o verdadeiro teólogo é o místico. E, conseqüentemente, torna-se “mista-gogo” em mão dupla: balbucia o mistério experimentado para os demais e conduz os demais à experiência do mistério. Em relação à sua própria fé e à de sua comunidade de pertença, como sua “vocação eclesial de teólogo”, tem uma função afirmativa e confirmativa, mas também uma função crítica. Por isso não apenas reforça consensos, mas também pode ter o incômodo – e, no entanto, profético – papel do dissenso crítico. Considera os “lugares teológicos” na história, na atualidade. E pesquisa novos. Enquanto apresenta “razões da fé”, tem papel de esclarecimento. Enquanto busca “melhores razões”, é de aprofundamento. Enquanto busca “razões verdadeiras e justas”, pode ter um papel crítico. E, finalmente, enquanto razões práticas, enquanto “pragmatismo”, pelo qual também as ciências são guiadas, tem uma dimensão pastoral, buscando, na expressão de Boaventura, uma teologia “para que nos torne melhores” – em sentido amplo, pessoal e comunitário, enfim humanitário. Pensar ou afirmar que a teologia não tem condições de ser ciência, porque está tolhida de liberdade, diante de uma autoridade que a controla, seria desconhecer o seu real dinamismo e a sua tensão crítica em relação a toda autoridade institucional. Por outro lado, cada ciência, na busca de reconhecimento da comunidade científica, acaba tendo a mesma tensão diante de certas instituições como uma revista científica de referência ou um determinado corpo universitário.

Aqui é importante sublinhar, em primeiro lugar: o/a teólogo/a necessita desta condição prévia: sua participação numa comunidade de fé. Somente “desde dentro” e não “sobre” a fé e a comunidade de fé se pode elaborar corretamente teologia, expressar, em termos de racionalidade e razoabilidade, a fé vivida. Num “segundo momento” é que poderá lançar mão de meios filosóficos e científicos, com utilização de métodos rigorosos, controláveis e comunicáveis no âmbito de uma comunidade científica. Nesse segundo momento, necessita buscar recursos na história, na literatura, nas ciências humanas, etc. Por isso a teologia é sempre um “ato segundo” (G.Gutierrez). Incorpora elementos, categorias e procedimentos das ciências, mas, como a filosofia, a literatura, as artes, não permanece circunscrita às regras das ciências.

Ao sair do engessamento metafísico da escolástica, a *Nouvelle Théologie*, desde a década de 1940, esclareceu-se epistemologicamente com três exigências: 1. Estudo crítico das fontes literárias e da história, incluída a tradição doutrinária; 2. Confrontação com os saberes e a cultura contemporâneos; 3. Preocupação “pastoral” da teologia. Esta última exigência mostra o que há de mais peculiar no saber teológico: um saber pragmático, como serviço ou ministério, desde uma comunidade de fé, serviço para dentro dela mesma e para fora dela. No entanto, as outras duas exigências tornaram a teologia e a própria fé um saber com marcas de historicidade, de hermenêutica, de provisoriedade e pluralismo. Por isso se deve falar em plural, em teologias.

A teologia é distinta das ciências da religião pelo seu lugar de origem. O cientista, que se debruça sobre o objeto “religião” ou sobre fenômenos religiosos, parte das ciências e não tem o pré-requisito da fé. Até que ponto, depois de Foucauld e outros desconstrutores da pretensa neutralidade das ciências, pretensão de não estarem contaminadas por ideologia, podem as ciências da religião permanecer na objetividade, através da neutralidade, isso é problema epistemológico. Se há um âmbito de estudos de

antropologia em que a “observação participante” veio se tornando sentida e cada vez mais exigida, é exatamente no âmbito das demonstrações das experiências da fé para poder chegar a ser o mais justa possível com a “realidade” dessa experiência. Pois, afinal, é a realidade que interessa às ciências. Antropólogos que tentam “incorporar orixá” ou “gritar aleluia” têm sido freqüentes, revelando que a categoria teoricamente clara para uma distinção epistemológica nem sempre condiz com o percurso da ciência.

Pelo contrário, também do lado das ciências da religião, a franca e bem-estabelecida relação com a teologia, e não só a distinção, é útil: sem precisar confundir-se com os que crêem, o cientista da religião tem justamente no teólogo um companheiro de trabalho e de fecundo intercâmbio, justo com este crente que, por sua vez, está disposto a utilizar os instrumentos das ciências. Parece, porém, mais fácil um teólogo, membro de uma tradição religiosa e participante de uma experiência de fé, tornar-se também um cientista da religião, incorporando, para uma boa teologia, os métodos da ciência, do que um cientista da religião tornar-se um teólogo, ou seja, tornar-se participante da fé, exatamente daquilo que é objeto de seu estudo e conhecimento. Tais passagens possíveis e tais dificuldades parecem ser inerentes à epistemologia de ambas: a fé, ao menos a fé cristã, tem uma longa história de busca de razão, mas a razão moderna recusou qualquer autoridade à fé. Isso demanda longo debate, e uma pergunta para o mesmo é se precisa ser necessariamente assim. Não seria hora de as ciências da religião se reconstituírem num paradigma pós-moderno, superando o impenitente dualismo ocidental onde *tertium non datur*?

Para problematizar ainda mais, um olhar histórico é útil: há um número considerável de cientistas da religião que se tornaram tais, ao abdicarem de elaborar teologia, coerentemente com seu distanciamento ou decepção, no âmbito da participação efetiva de uma comunidade de fé. Ou que seguem “verdades paralelas”, deixando em suspenso ou em parênteses uma das pontas:

ora a sua pertença na fé, ora a sua ciência. A história mais longa e cheia de avatares da teologia, que busca integrar fé e razão, experiência própria e ciência, fornece ao teólogo uma facilidade maior, ainda que não seja um descanso na fadiga de buscar sempre novas sínteses.

De qualquer forma, para concluir, uma notícia: no Brasil, a constituição de uma única Sociedade de Teologia e Ciências da Religião tem revelado sua verdade e utilidade há mais de vinte anos, com uma produção somente explicável pela colaboração.

Mas o *tertium* possível e necessário, para manter a saúde dessa relação, está na sociedade. A sociedade é o terceiro que necessita da cooperação de ambas entre si.

## **2 A responsabilidade pública da teologia ao lado das ciências da religião**

Somos hoje uma sociedade pluralista, não-homogênea religiosamente. A secularidade, como melhor forma para conseguir a melhor sociedade, ainda que teoricamente desejável, está hoje contestada pela realidade religiosa de comunidades cada vez mais numerosas e plurais, marcando, com sua face religiosa, exatamente o direito à pluralidade, e cada vez mais presentes e com participação mais ou menos intensa nas questões sociais mais gerais – política, economia, comunicação, etc. Em nenhuma democracia, ainda que tenha tido intenções de se tornar uma sociedade radicalmente secularizada, se verificou de fato tal secularização radical. Pelo contrário, o que mais inquieta é o aumento de fundamentalismo religioso como insumo para outras formas de fundamentalismo político, econômico, étnico, etc. Paradoxalmente, isso acaba por ameaçar exatamente a convivência pluralista, a tolerância e a democracia.

As ciências da religião sozinhas, ainda que expliquem muito, ao utilizarem os instrumentos da racionalidade moderna, objetivante e desconstrutiva, analítica, são percebidas como ar-

rogantes e desrespeitosas pelas comunidades de fé. As ciências são percebidas como saber para dominar, forma de poder e de violência sobre a realidade da fé. O fundamentalismo religioso é, sobretudo, uma atitude defensiva diante do fundamentalismo das ciências. É nesse quadro que o/a teólogo/a tem que ser chamado/a à responsabilidade: é a melhor posição e o melhor serviço para ajudar a prevenir ou a passar do fundamentalismo a uma atitude religiosa adequada ao pluralismo, à tolerância, à paz e à objetividade, inclusive da verdade científica. As sociedades contemporâneas, entre modernidade e pós-modernidade, num mundo globalizado que atinge também regiões de pré-modernidade, precisa de teologia franca e aberta, teologia que parta de dentro das experiências da fé, e não só de ciências da religião, para dar conta dessa tarefa em relação ao “bem comum”, a convivência social.

Nesse estado de coisas, cresce e se fortalece, em diferentes lugares e com diferentes acentos, uma “teologia pública”, não restrita ao âmbito da clareza das identidades e pertencas religiosas, mas à sua responsabilidade em sociedades plurais. Portanto, uma teologia que se abre para fora das paredes das Igrejas e das confissões, para se encontrar em praça pública com outras teologias e outros saberes, em vista de uma sociedade pluralista.

A “teologia pública”, no entanto, não é um vôo por cima das pertencas e das confissões, pois deixaria de ser teologia. Nem é uma perda de identidade confessional – só se pode elaborar teologia da própria confissão, não de confissão alheia, o que explica os diferentes níveis de pluralismo teológico – mas é abertura responsável e dialoal exatamente num mundo globalizado e não-homogêneo.

Um aceno histórico pode ser útil e exemplar: na Alemanha<sup>1</sup>, justo onde se afirmaram as ciências da religião, as teologias mantiveram seu trabalho em universidades públicas, com presença de teologias de diferentes denominações, exatamente porque a experiência demonstrou que essa foi a forma de superar o absolutismo causador de guerras pré-modernas (as guerras religiosas) e modernas (a loucura da razão moderna experimentada no nazismo). Evidentemente, o pluralismo religioso e teológico, numa sociedade pluralista em que o pluralismo contempla também a laicidade, sem pertença religiosa, supõe separação de religião e Estado, com um Estado laico a qualquer tradição religiosa. Mas é justamente esse Estado que, na sua responsabilidade pública – no caso da Alemanha –, sustenta os espaços das diferentes teologias, para que o pluralismo seja garantido e fonte de paz.

A história da França é diferente, e o Brasil segue mais de perto o modelo francês: ali o Estado se livrou da religião e da teologia para se livrar do autoritarismo clerical e ter liberdade de expressão agnóstica, ao contrário da Alemanha, onde as Igrejas é que buscaram distância do Estado para terem liberdade de expressão de fé. Hoje, porém, continuar nessa dialética é uma alienação histórica e uma irresponsabilidade pública. É que hoje o modelo está mais para Estados Unidos<sup>2</sup>: as religiões se tornam mercado e iniciativas privadas lucrativas, e se tornam fundamentalismo, com facilidade de manipulação política, o que torna o atual retorno do religioso um fenômeno perigoso, fonte de desequilíbrios e de violência sacralizada, justificada religiosamente. Tanto o Estado como aqueles que, nas comunidades de fé, têm senso de responsabilidade pública, necessitam de teologia com regras de responsabilidade pública, ao lado de ciências da religi-

---

<sup>1</sup> Cf. MOLTSMANN J. Fazer teologia para a Igreja e/ou para o Reino de Deus numa universidade moderna. *Deus no projeto do mundo moderno*. Contribuições para a relevância pública da teologia. Brescia: Queriniana, 1999.

<sup>2</sup> Cf. WAITS, J.L. *Theology in the University. A Study of University Related Divinity Schools*. Pittsburgh, 1995.



ão. Investir em estruturas, instituições, regulamentos de Estado, dinheiro, etc., para tal empreendimento é o equivalente a investir em filosofia, em ciências, em arte, etc., para o bem comum e a cidadania. O *tertium* é a sociedade leiga e multirreligiosa, com as exigências éticas de convivência, de respeito e de tolerância plural. Então, a pergunta pode ser esta: é interesse do Estado brasileiro assumir com as comunidades religiosas tal responsabilidade ou optar por tornar-se cúmplice do crescimento de toda forma de fundamentalismo potencialmente violento que encontra na sacralização o seu maior trunfo?

Uma última observação, para aprofundar o realismo da relação entre comunidade de pertença e o trabalho da teologia. Evidentemente num país como o Brasil, historicamente marcado pelo cristianismo e, dentro dele, pela tradição católica, mesmo com todas as ambigüidades da história, a teologia cristã tem, conseqüentemente, um grande peso de responsabilidade pública. Teologias de outras tradições religiosas dependerão delas mesmas, de suas iniciativas a serem respeitadas e do incentivo do Estado na medida da necessidade social. Quanto mais existirem, mais rico será o exercício das teologias, inclusive, é claro, das teologias cristãs. Mas ao limão só se pode pedir limonada, à laranja, laranja.